



Oliveira de Azeméis

Câmara contrai empréstimo

►► A dívida da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis a fornecedores deverá atingir os 26,4 milhões de euros no final de 2007. Num estudo financeiro apresentado na última reunião de Executivo, é referido que a autarquia se encontra "numa situação de desequilíbrio financeiro estrutural". Mas a maioria liderada pelo social-democrata Ápio Assunção recusa esta interpretação, que obrigaria a uma intervenção do Governo, optando por contrair um empréstimo no valor de 16 milhões de euros. A dívida global do município deverá atingir os 54,6 milhões de euros.

O designado Estudo Fundamentado Sobre a Situação Financeira do Município, elaborado pelos técnicos do departamento das finanças municipais, chegou à conclusão de que, no final de 2007, a dívida a fornecedores totalizará os 26.451.515 euros.

Tendo em conta que a dívida a fornecedores não deve exceder, por força da Lei das Finanças Locais, 50% do valor da receita do ano anterior, a autarquia está a braços com um débito de 10,9 milhões de euros, já que a receita de 2006 foi de 31 milhões de euros.

Perante o artigo 41.º, na alínea (a), da Lei das Finanças Locais, encontram-se em desequilíbrio financeiro os municípios com "existência de dívidas a fornecedores de montante superior a 50% das receitas totais do ano anterior".

Neste caso, o município teria que submeter à aprovação do "ministro das Finanças e do ministro que tutela as autarquias locais um plano de reequilíbrio financeiro".

Dinheiro é para pagar dívidas a fornecedores. Autarquia é uma das mais endividadas do país

Mas o Executivo acabou por não acatar a definição dos técnicos e considerar que a situação se enquadra num "desequilíbrio financeiro conjuntural. Nestes casos, o artigo 40.º refere como solução o recurso a um empréstimo, opção tomada pela autarquia.

Na proposta para o empréstimo, o presidente da Câmara Municipal, Ápio Assunção, justifica os actuais problemas financeiros com os "constrangimentos orçamentais dos sucessivos orçamentos de Estado, transferências de competências da administração central para a administração local e os novos limites financeiros impostos".

Os socialistas vieram a público denunciar o que consideram ser uma situação "grave, fruto de uma gestão pouco cuidada e sem estratégia".

Segundo o Anuário Financeiro dos Municípios, da autoria da Câmara dos Técnicos de Contas, a autarquia oliveirense encontra-se entre os seis municípios de média dimensão com o maior passivo a nível nacional.

Salomão Rodrigues